

COLEGIADA



JUCESP PROTOCOLO  
918572/06-0



CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

CNPJ nº 92.509.491/0001-26  
NIRE 35.300.155.149

#### ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

**DATA, HORA E LOCAL:** 16 de novembro de 2006, às 13:00 horas, na sede social, no km 28,5 da Rodovia dos Imigrantes, São Bernardo do Campo – SP.

**CONVOCAÇÃO:** Os avisos de que trata o artigo 124 da Lei nº 6.404/76 foram publicados nas edições dos dias 7, 8 e 9 de novembro de 2006, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Seção Empresarial, respectivamente nas páginas 11, 10 e 9; e no Diário do Grande ABC, respectivamente nas páginas 3, 4 e 5.

**PRESENÇA E QUORUM DE INSTALAÇÃO:** Foram cumpridas no Livro de Presença as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº 6.404/76. Compareceram à assembléia os acionistas conforme assinaturas apostas no Livro de Presença.

**MESA:** Presidente: Pedro Beltrão Fraletti, Secretário: Marcelino Rafart de Seras.

**ORDEM DO DIA:** Aprovação da conversão das ações preferenciais em ações ordinárias e consolidação do Estatuto Social.

#### DELIBERAÇÕES:

(a) O Sr. Presidente informou aos acionistas presentes quanto à oportunidade e conveniência da Companhia converter as ações preferenciais de sua emissão em ações ordinárias, substituindo cada ação preferencial por 1 (uma) ação ordinária. Colocada a matéria em votação, foi aprovada, por unanimidade, a conversão da totalidade das ações preferenciais em ordinárias. Como, nos termos do artigo 136, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, a eficácia da referida conversão de ações está sujeita à ratificação pelos acionistas titulares das ações preferenciais, reunidos em Assembléia Especial, o Presidente da Assembléia propôs a suspensão dos trabalhos da presente Assembléia Geral Extraordinária, a fim de que fosse realizada a Assembléia Especial dos titulares de ações preferenciais, convocada para esta data. Colocada em votação a proposta, foi a mesma aprovada por unanimidade, ficando decidido que a presente Assembléia será retomada imediatamente após o término da referida Assembléia Especial. Retomados os trabalhos da presente Assembléia Geral Extraordinária, o Sr. Presidente informou aos acionistas que a Assembléia Especial de titulares de ações preferenciais ratificou a conversão da totalidade das ações preferenciais em ordinárias. Em vista disso, o Presidente da Assembléia esclareceu aos acionistas que a conversão da totalidade das ações preferenciais em ações ordinárias passa a ter eficácia imediata, e,

conseqüentemente, os acionistas aprovaram a alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social, a fim de que este reflita a conversão das 180.257.414 (cento e oitenta milhões, duzentas e cinquenta e sete mil, quatrocentas e quatorze) ações preferenciais em ações ordinárias, nos seguintes termos: "Art. 5º. O capital social subscrito é de R\$ 314.051.870,00 (trezentos e quatorze milhões, cinquenta e um mil e oitocentos e setenta reais), representado por 270.386.120 (duzentos e setenta milhões, trezentos e oitenta e seis mil, cento e vinte) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Fica autorizado o aumento do capital social em até 52.965.000 (cinquenta e dois milhões, novecentas e sessenta e cinco mil) ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e para o exercício do direito de preferência."

(b) Frente às deliberações anteriores, os Acionistas decidem consolidar o Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

#### **CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.**

**CNPJ nº 02.509.491/0001-26**

**NIRE nº 35.300.155.149**

"CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A. ESTATUTO SOCIAL.  
**CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO, SEDE E OBJETO.** Artigo 1- A CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A. é uma sociedade por ações, regida pelo disposto no presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. Artigo 2- A Sociedade possui prazo de duração indeterminado. Artigo 3- A Sociedade tem sua sede social e foro na Cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo. **Parágrafo Único-** Mediante deliberação do Conselho de Administração, a Sociedade poderá abrir ou fechar filiais, agências, escritórios e representações e quaisquer outros estabelecimentos para a realização das atividades da Sociedade em qualquer parte do território nacional ou no exterior. Artigo 4- A Sociedade tem por objeto social realizar, sob o regime de concessão, a exploração, nos termos e limites do contrato de concessão do Sistema Rodoviário Anchieta-Imigrantes, dos seguintes trechos:- I - Rodovia Anchieta (SP-150), entre o Km 9+700m e o Km 65+600m;- II - Rodovia dos Imigrantes (SP-160), entre o Km 11+460m e Km 70+000m; - III - Interligação planalto (SP-41), entre o Km 0+000m e Km 8+000m; - IV - Interligação Baixada (SP-59), entre o Km 0+000m e Km 1+800m; - V - Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-248/55) - entre o Km 0+000m e 8+500m; VI - Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-55), entre o Km 248+050m e Km 270+600m; e - VII - Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-55), entre o Km 270+600 e Km 292+200m. **CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES.** Artigo 5- O capital social subscrito é de R\$ 314.051.870,00 (trezentos e

quatorze milhões, cinquenta e um mil e oitocentos e setenta reais), representado por 270.386.129 (duzentos e setenta milhões, trezentos e oitenta e seis mil, cento e vinte) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Fica autorizado o aumento do capital social em até \$2.965.000 (cinquenta e dois milhões, novecentas e sessenta e cinco mil) ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e para o exercício do direito de preferência. **Parágrafo Primeiro** - A propriedade de ações presumir-se-á pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro das Ações Nominativas" da Sociedade. Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo termo no livro de "Transferência de Ações Nominativas". Mediante solicitação de qualquer dos acionistas, a Sociedade deverá emitir certificados de ações. Os certificados de ações deverão ser assinados por dois (2) diretores, sendo um deles o Diretor Presidente. **Parágrafo Segundo** - A cada ação ordinária corresponderá 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Parágrafo Terceiro** - A transferência do controle acionário da Sociedade dependerá de prévia autorização por parte da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, bem como interveniência e anuência da empresa Primav Ecorodovias S.A. **Parágrafo Quarto** - A Primav Construções e Comércio Ltda. e a Impregilo International Infrastructures N.V., sócias controladoras da Primav Ecorodovias S.A., se obrigam, a todo momento e até o termo final da vigência do contrato de concessão relativo ao lote 22 da malha rodoviária paulista, a manter o controle acionário da Primav Ecorodovias S.A., sendo-lhes vedada, sem a prévia e expressa autorização da ARTESP, a transferência de ações ordinárias de sua propriedade que (i) represente diminuição de 51% (cinquenta e um por cento) de suas participações na Primav Ecorodovias S.A. ou (ii) em qualquer outro percentual, caso esta transferência possa afetar o controle acionário indireto que detém da Sociedade. **CAPÍTULO III - ASSEMBLÉIAS GERAIS. Artigo 6-** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos quatro primeiros meses após o término do exercício social, para os fins previstos em Lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim exigirem. **Parágrafo Primeiro-** As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração ou por acionistas (ou grupo de acionistas) titulares de, no mínimo, 20% das ações ordinárias da Companhia, sem prejuízo dos demais casos previstos em lei e no presente Estatuto Social. **Parágrafo Segundo** - A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariada por quem o presidente da Assembleia indicar. No caso de ausência do Presidente do Conselho de Administração, a Assembleia será presidida pelo acionista que na ocasião for escolhido por maioria de votos dos presentes e secretariada por quem ele indicar. **Artigo 7-** Só poderão tomar parte e votar na Assembleia Geral os acionistas cujas ações estejam inscritas em seu nome, no registro competente, até 03 (três) dias antes da data marcada para a sua realização. **Parágrafo Único-** O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador, na forma da Lei, desde que a respectiva procuração seja arquivada na sede da Sociedade até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Geral. **Artigo 8-** O Presidente da Assembleia Geral deverá abster-se de computar os votos proferidos contra as disposições reguladoras da Sociedade. **Artigo 9-** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei,



serão tomadas por maioria de votos dos presentes, não se computando os votos em branco. Entretanto, as seguintes deliberações exigirão a aprovação de acionistas representando 82% (oitenta e dois por cento) das ações ordinárias de emissão da Sociedade: (a) rescisão ou modificação do Contrato de Concessão; (b) reforma do Estatuto Social, incluindo, mas sem limitação, do objeto social, mediante prévia aprovação do DER/SP, desdobramento de ações, agrupamento ou reagrupamento de ações, resgate ou compra de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria, bem como qualquer redução de capital da Sociedade; (c) incorporação, fusão, cisão, transformação, dissolução ou liquidação da Sociedade; (d) autorização aos administradores para declarar falência ou requerer concordata. **CAPÍTULO IV – ADMINISTRAÇÃO.** **Artigo 10-** A Sociedade será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, com os poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o presente Estatuto Social. **Artigo 11-** O mandato dos membros do Conselho de Administração será de 01 (um) ano e o dos Diretores, de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos. Os membros do Conselho de Administração e os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores. **Artigo 12-** Os membros do Conselho de Administração e os Diretores estão isentos da obrigação de assegurar o exercício de seus cargos. **Artigo 13-** A remuneração global do Conselho de Administração será fixada pela Assembleia Geral, e a remuneração global da Diretoria será fixada pelo Conselho de Administração, cabendo a este deliberar sobre sua respectiva distribuição. **Artigo 14-** Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo nos livros das Atas do Conselho de Administração e da Diretoria, permanecendo sujeitos aos requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades previstos nos artigos 145 a 158 da Lei n.º 6404/76. **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.** **Artigo 15-** O Conselho de Administração será composto por 03 (três) membros efetivos e 03 (três) membros suplentes, todos acionistas, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo Único-** Após a eleição dos Conselheiros, os Conselheiros deverão designar, dentre os eleitos, o Presidente do Conselho de Administração, que deverá presidir as reuniões do Conselho e indicar o secretário. **Artigo 16 -** No caso de impedimento ou ausência temporária de qualquer membro efetivo do Conselho de Administração, este será substituído por seu respectivo suplente ou representado por outro membro efetivo, caso em que o membro assim nomeado para representá-lo deverá votar nas reuniões do Conselho de Administração em seu próprio nome e em nome do membro por ele representado. A nomeação deverá ser realizada mediante notificação escrita ao Presidente do Conselho de Administração, que deverá conter claramente o nome do membro designado e os poderes a ele conferidos. **Parágrafo Primeiro -** A notificação acima mencionada deverá ser assinada pelo membro impedido ou ausente, cujo recebimento deverá ser confirmado por todos os demais membros presentes na reunião do Conselho, devendo ser anexada à respectiva Ata. **Parágrafo Segundo -** Serão também admitidos votos enviados por correspondência registrada, facsímile ou outro meio de transmissão escrita, desde que recebidos pelo Presidente do Conselho de Administração antes de encerrada a reunião. **Artigo 17 -** Em caso de vacância do cargo de qualquer membro efetivo ou suplente do Conselho de Administração, será imediatamente convocada uma Assembleia Geral para

eleger seu substituto. **Artigo 18-** O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente a cada 03 (três) meses e extraordinariamente sempre que necessário. **Artigo 19-** As reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração ou por qualquer de seus membros efetivos, desde que sejam representantes de acionistas titulares de, no mínimo, 20% das ações ordinárias da Companhia, ou, ainda, pelo Diretor Presidente, mediante convocação por escrito com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados. **Artigo 20-** As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão, em primeira convocação, com a presença de, no mínimo, 02 (dois) membros efetivos, por si ou representados na forma do Artigo 16. **Artigo 21 -** Não se realizando a reunião em virtude da ausência de Conselheiros, poderá a mesma ser novamente convocada nos próximos 30 (trinta) dias, convocação essa que se fará por escrito e com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, mantendo-se obrigatoriamente a pauta dos assuntos a serem tratados, instalando-se a reunião, nessa segunda convocação, com a presença da maioria dos membros efetivos do Conselho de Administração, por si, por seus respectivos suplentes ou representado por outro membro do Conselho de Administração na forma do Artigo 16. **Parágrafo Único -** Independentemente das formalidades previstas nos Artigos 19, 20 e no caput deste Artigo 21, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros efetivos por si ou representados na forma do Artigo 16. **Artigo 22-** As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas mediante o voto favorável de, no mínimo, 02 (dois) dos Conselheiros. Todavia, as matérias elencadas nas letras (r), (s), (t), (u), (v), (w), (x), (y) e (z) do Artigo 23 exigirão, para sua aprovação, o voto favorável de todos os Conselheiros, por si ou representados nos termos do Artigo 16. **Artigo 23-** Compete ao Conselho de Administração: (a) fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade; (b) aprovar os programas de metas e orçamentos, os programas anuais e plurianuais da Sociedade, bem como deliberar sobre a realização de despesas ou investimentos de valor não incluído nestes programas; (c) eleger e destituir os Diretores da Sociedade, fixando-lhes suas respectivas atribuições e remuneração; (d) instituir o Regulamento Interno da Sociedade, definindo as funções de cada cargo do organograma da Sociedade, respeitadas as disposições deste Estatuto Social; (e) deliberar sobre a integralização do capital social da Sociedade, até o limite do valor subscrito; (f) autorizar a abertura e estabelecimento de filiais, agências, escritórios ou quaisquer outros estabelecimentos da atividade da Sociedade; (g) convocar Assembléias Gerais, além das hipóteses previstas no parágrafo primeiro do artigo 6º deste Estatuto, quando julgar conveniente ou nos casos previstos no artigo 132, da Lei n.º 6.404/76; (h) fiscalizar a gestão dos Diretores e examinar, a qualquer tempo, os livros e documentos da Sociedade, bem como solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de serem celebrados; (i) manifestar-se sobre o relatório da administração e aprovar as contas da Diretoria; (j) aprovar a contratação de qualquer empréstimo, obrigação, garantia de qualquer natureza, bem como qualquer alteração dos mesmos, não previstos expressamente no plano de negócios ou no Cronograma de Investimentos, assim como a aprovação dos custos relacionados aos mesmos; (k) autorizar previamente todos os contratos entre a Sociedade e qualquer de seus acionistas ou empresas que sejam controladoras, controladas ou coligadas de seus acionistas, ou ainda qualquer sociedade

da qual um diretor da Sociedade seja sócio ou acionista, considerados isoladamente ou em conjunto; (i) autorizar qualquer assunção de obrigação pela Diretoria, frente ao Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo - DER/SP ou outro órgão público, que altere o equilíbrio econômico-financeiro original do Contrato de Concessão; (m) propor à Assembléia Geral aumentos de capital de acordo com as exigências do Contrato de Concessão; (n) aprovar a nomeação ou substituição dos auditores independentes da Sociedade; (o) declarar quaisquer dividendos intermediários ou qualquer distribuição de lucro, incluindo juros sobre o capital, respeitada a restrição do parágrafo primeiro do artigo 35 deste Estatuto; (p) deliberar sobre operações e negócios não incluídos nas atividades usuais da Companhia; (q) autorizar a celebração de contratos cujos valores estejam fora ou extrapolem o orçamento do exercício, bem como novos contratos não previstos no orçamento, cujo acompanhamento será feito pelo relatório mensal confeccionado pela companhia; (r) aprovar a compra, venda, arrendamento, transferência, oneração, ou outra forma de alienação dos bens imóveis da Sociedade, nos casos permitidos pelo Contrato de Concessão; (s) aprovar a celebração de contratos de qualquer natureza, cujo montante seja superior àqueles indicados no Cronograma de Investimentos da Sociedade, bem como quaisquer alterações dos mesmos, e também aprovar a revisão do Cronograma de Investimentos e quaisquer alterações dos contratos já celebrados de acordo com o mesmo; (t) aprovar a concessão de avais, fianças, ou qualquer outra garantia em favor de terceiros, bem como em benefício dos administradores ou acionistas da Sociedade, incluindo a cessão de direitos das receitas, previstas no Contrato de Concessão necessárias para garantia dos contratos de financiamento das obras da Ampliação Principal; (u) a aprovação da política geral de benefícios, remuneração e salários, incluindo bônus, participação nos lucros e opções de ações para os cargos mais elevados de administradores, empregados, consultores ou agentes da Sociedade, exceto na medida em que necessário para assegurar a manutenção administrativa da Sociedade; (v) a gestão para obtenção de recursos financeiros, com a aprovação de contratos de financiamento, bem como qualquer alteração dos mesmos; (w) o acompanhamento e cumprimento dos contratos de financiamento, assim como as decisões que possam afetar as obrigações neles assumidas; (x) o início de ações legais contra o Poder Concedente e/ou contra entidades financeiras e/ou contra a Fazenda Pública; (y) a paralisação das obras que tenham marcos contratuais previstos no Contrato de Concessão; (z) os aumentos de capital de qualquer natureza, dentro do limite do capital autorizado, conforme artigo 5º, ou aumentos de capital cuja integralização não seja em dinheiro, ou emissão de qualquer valor mobiliário conversível em ações, emissão de opções ou bônus de subscrição, incluindo a aprovação do preço de emissão, os termos de pagamento e forma de colocação, pública ou privada.

**DIRETORIA. Artigo 24-** A Diretoria será composta por 4 (quatro) Diretores, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo-Financeiro, um Diretor Superintendente e um Diretor de Relações com Investidores. **Parágrafo Único -** Mediante proposição do Diretor Presidente e aprovação do Conselho de Administração, poderão ser acumuladas as funções de um Diretor por outro Diretor, exceto as funções do Diretor Administrativo-Financeiro. **Artigo 25-** No caso de vaga de um dos cargos de Diretor será imediatamente convocada reunião do Conselho de Administração para



eleger o substituto ou decidir pelo acúmulo de função daquele cargo por outro Diretor, na forma do parágrafo único do artigo 24 deste Estatuto, que completará o mandato do Diretor substituído. Já no caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer Diretor, e não obstante a restrição prevista no Parágrafo Único do artigo 24 deste Estatuto, as suas atribuições serão exercidas cumulativamente por outro Diretor, indicado pelo Diretor Presidente e a critério deste. **Artigo 26-** A Diretoria reunir-se-á convocada pelo Diretor Presidente, sempre que assim exigirem os negócios sociais. As deliberações nas reuniões da Diretoria deverão respeitar as regras deste Estatuto e serão tomadas por maioria de votos. As atas das reuniões da Diretoria ficarão arquivadas na sede da Companhia, à disposição dos membros do Conselho de Administração. **Artigo 27-** Compete à Diretoria: (a) a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo presente Estatuto atribuída a competência à Assembléia Geral ou ao Conselho de Administração, observadas as competências específicas de cada Diretor, de acordo com este Estatuto Social; (b) a execução das políticas comercial, administrativa, operacional e financeira da Sociedade, a fim de assegurar seu bom funcionamento, de acordo com as orientações do Conselho de Administração; (c) a apresentação ao Conselho de Administração do plano anual de trabalhos e investimentos a serem executados no próximo exercício, até o mês de novembro de cada ano, e seu respectivo acompanhamento mensal, juntamente com todos os relatórios da situação econômico-financeira e contábil da Sociedade; (d) a supervisão da gestão de compras e as subcontratações, durante a execução das obras e durante a exploração comercial da concessão objeto do Contrato de Concessão; (e) a condução da administração da Sociedade mantendo um sistema administrativo-contábil que assegure uma correta e adequada aplicação de recursos e a otimização dos resultados da Sociedade, de acordo com a legislação aplicável e os princípios geralmente aceitos em contabilidade, facilitando a coleta de informações e dados e refletindo fielmente os atos e fatos que afetem a situação econômico-financeira da Sociedade; (f) implementar a gestão da Sociedade, de acordo com as diretrizes definidas pela Assembléia Geral e pelo Conselho de Administração e segundo as regras da Lei e do Estatuto; (g) viabilizar o financiamento da atividade da Sociedade; (h) representar a Sociedade judicial ou extrajudicialmente, na forma prevista no Estatuto; (i) cumprir, exigir e supervisionar o cumprimento do Regulamento Interno da Sociedade; (j) observar e zelar pelo cumprimento do contrato de concessão firmado pela Sociedade com o Poder Concedente; e (k) exercer as atividades relacionadas com a gestão da Sociedade que não se enquadrem na competência específica de cada diretor. **Artigo 28-** A representação da Sociedade, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros e repartições públicas federais, estaduais e municipais, e a assinatura de escrituras de qualquer natureza, as letras de câmbio, cheques, ordens de pagamento, contratos, em geral, quaisquer outros documentos ou atos que importem em responsabilidade ou obrigação para a Sociedade ou que exonerem a Sociedade de obrigações para com terceiros, observadas as limitações impostas neste Estatuto, incumbirão e serão obrigatoriamente praticados por (i) 2 Diretores em conjunto, sendo um deles necessariamente o Diretor Presidente; (ii) qualquer Diretor em conjunto com um procurador; ou (iii) por 2 procuradores em conjunto, desde que investidos de

especiais e expressos poderes, à exceção da representação da Sociedade em juízo, que poderá ser realizada por um procurador isoladamente. **Parágrafo Primeiro-** As procurações serão outorgadas em nome da Sociedade por 2 Diretores em conjunto, sendo um deles necessariamente o Diretor Presidente, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão validade limitada, no máximo, até 31 de dezembro do ano em que forem emitidas. **Parágrafo Segundo-** A representação da Sociedade ou a assinatura de documentos que importem em responsabilidade ou obrigação para a Sociedade em valor igual ou superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), deverá necessariamente ser assinado também pelo Diretor Administrativo Financeiro ou procurador legalmente constituído, com poderes específicos para tanto. **Parágrafo Terceiro-** A Sociedade poderá ser representada por um único Diretor ou por um único procurador com poderes especiais nos seguintes atos: 1) representação da Sociedade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, a Secretaria da Receita Federal, as autoridades alfandegárias e o Banco Central do Brasil; 2) representação da Sociedade perante o Ministério do Trabalho ou sindicatos para a admissão, suspensão ou demissão de empregados ou para acordos trabalhistas; 3) correspondência da Sociedade ou atos rotineiros perante repartições públicas federais, estaduais ou municipais e outros órgãos, que não acarretem obrigações para a Sociedade. **Artigo 29-** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Sociedade, os atos de qualquer Diretor, procurador ou funcionário que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos, ou quaisquer garantias em favor de terceiros. **Artigo 30-** Compete especialmente ao DIRETOR PRESIDENTE: (a) exercer a direção geral dos negócios da Sociedade; (b) manter coordenação constante entre a Diretoria e o Conselho de Administração; (c) em conjunto com o Diretor Superintendente, assegurar a existência do planejamento empresarial e seu acompanhamento sistemático, dirigindo e controlando as metas e orçamentos dos programas anuais e plurianuais da sociedade; ; (d) decidir sobre as questões jurídicas, judiciais ou extrajudiciais; com a manifestação do Conselho de Administração nas questões que envolvam matéria correlata à competência deste; (e) elaborar as contas e os relatórios periódicos da Sociedade, sem prejuízo das atribuições do Diretor Administrativo-Financeiro relativas à contabilidade da Sociedade; (f) em conjunto com o Diretor Administrativo-Financeiro, promover a obtenção de financiamentos e empréstimos junto a instituições financeiras nacionais e internacionais, submetendo as operações à aprovação do Conselho de Administração; (g) em conjunto com o Diretor Superintendente, adequar a organização da Sociedade às suas finalidades; (h) em conjunto com o Diretor Superintendente, implementar o Regulamento Interno da Sociedade e coordenar a elaboração do manual de organização da empresa; (i) em conjunto com o Diretor Superintendente, formular estratégias que assegurem o cumprimento dos objetivos da Sociedade, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração; (j) representar a Sociedade, na forma do Estatuto Social, na celebração, distrato, denúncia ou rescisão de convênios e contratos, em conjunto com o Diretor da área relacionada ao contrato, observado o disposto no Parágrafo Segundo do Artigo 28; (m) com exclusividade e de modo isolado, receber citações, intimações e notificações judiciais, podendo para tanto constituir procurador; (n) certificar-se de que a Sociedade mantém adequadamente segurados, por seguradora



renomada, todos os ativos da Sociedade passíveis de ser segurados; (o) imediatamente após o seu recebimento, entregar a cada membro do Conselho de Administração cópia de todo e qualquer relatório ou correspondência submetidos à Diretoria pelos seus auditores; (q) exercer as atribuições coletivas da Diretoria; (r) dirigir e orientar os serviços de biblioteca, documentação e arquivos atinentes à sua área; **Artigo 31-** Compete especialmente ao DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO: (a) operacionalizar o planejamento, bem como o orçamento econômico-financeiro para curto, médio e longo prazos e seus respectivos acompanhamentos; (b) dirigir e controlar a operacionalização dos recursos financeiros; (c) desenvolver e executar planos de alavancagem financeira; (d) promover e dirigir negociações financeiras junto a clientes, instituições financeiras, instituições bancárias, fornecedores ou outros terceiros; (e) dirigir e orientar as atividades da controladoria financeira; (f) dirigir a contabilidade geral, o controle fiscal e o controle de patrimônio da rodovia concedida e o patrimônio da Sociedade; (g) dirigir e orientar as atividades de gerenciamento dos recursos humanos, implementando as respectivas políticas e diretrizes; (h) preparar e entregar a cada membro do Conselho de Administração, assim que possível após a constituição da Sociedade e, em qualquer hipótese, dentro de 30 (trinta) dias do final de cada trimestre de cada exercício social da Sociedade: I. conta de lucros e perdas da Sociedade referente a tal trimestre e para todo o período desde o início do exercício social correspondente; II. o balanço da Sociedade levantado no final do respectivo trimestre; III. relatórios sobre receita, despesa e fluxo de caixa, bem como demonstração da origem e aplicação de recursos referentes a cada trimestre e ao exercício social em curso até a data de tal relatório; e, IV. projeção de despesas gerais e de despesas operacionais a ser incorridas no trimestre imediatamente subsequente ao final do trimestre em questão; devendo todas as informações ser apresentadas de modo detalhado e consolidado, caso haja participação da Sociedade em outras pessoas jurídicas; (i) preparar e entregar a cada membro do Conselho de Administração, até 2 (dois) meses após o final de cada exercício social da Sociedade: I. conta de lucros e perdas e demonstração da origem e aplicação de recursos da Companhia, devidamente auditadas; e, II. balanço da Sociedade referente ao exercício em questão, devidamente auditado; devendo todas as informações ser apresentadas de modo detalhado e consolidado, caso haja participação da Sociedade em outras pessoas jurídicas; (j) dirigir e orientar as atividades de informática administrativa e gerencial; (n) dirigir e orientar os serviços de biblioteca, documentação e arquivos atinentes à sua área; (o) dirigir e orientar os serviços de zeladoria. **Artigo 32-** Compete especialmente ao DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES: (a) representar a Sociedade perante o mercado financeiro e investidores, em alinhamento com o Diretor Presidente; (b) buscar a capitalização da Sociedade, através de financiamentos de curto e longo prazo e também através do mercado de capitais, visando a abertura de capital da Sociedade. **Artigo 33-** Compete especialmente ao DIRETOR SUPERINTENDENTE: (a) dirigir, orientar e controlar o planejamento e a execução das atividades de obras civis e de conservação especial; (b) dirigir e controlar as inspeções das estruturas, dos pavimentos, drenagens e edificações; (c) orientar e controlar ações de segurança nas obras civis e serviços de conservação especial; (d) administrar e gerenciar os orçamentos e custos das obras civis e serviços de conservação especial; (e) dirigir e orientar as atividades de contratação de obras,

fornecimentos e serviços; (f) dirigir, orientar e controlar as atividades operacionais, bem como todas as ações necessárias à implantação e manutenção dos equipamentos e sistemas operacionais a serem utilizados pela Sociedade para a operação do Sistema Rodoviário, conforme previsto no Contrato de Concessão; (g) dirigir e controlar as inspeções de rotina para a preservação e guarda do Sistema Rodoviário, bem como as operações de apoio ao trânsito; (h) orientar e controlar os serviços de limpeza de pista; (i) orientar e controlar ações de segurança de tráfego e de arrecadação de pedágio; (j) avaliar o equilíbrio entre eficiência e qualidade dos serviços operacionais; (k) administrar e gerenciar os orçamentos e custos operacionais; (l) orientar e controlar os serviços de assistência aos usuários; (m) dirigir e orientar os serviços de biblioteca, documentação e arquivos atinentes à sua área; (n) administrar a frota de veículos e os serviços de transporte; (o) supervisionar a atuação da assessoria de qualidade e do meio ambiente, a ele diretamente vinculada; (p) supervisionar a atuação da assessoria de relações externas, a ele diretamente vinculada; (q) supervisionar o funcionamento da ouvidoria da Sociedade, assegurando a sua eficiência e independência; (r) dirigir, orientar e controlar as atividades de negociação, comercialização e marketing inerentes às receitas acessórias da Sociedade; (s) coordenar, orientar e controlar todas as ações necessárias ao fiel e tempestivo cumprimento do Contrato de Concessão; (t) dirigir e orientar as atividades jurídicas; (u) dirigir e orientar o gerenciamento de suprimentos, armazenagem e gestão de estoques de materiais e equipamentos; e, (v) dirigir e orientar os serviços de segurança e vigilância do patrimônio do Sistema Anchieta-Imigrantes, observado o disposto no item (g) acima.

**CONSELHO FISCAL. Artigo 34-** A Sociedade terá um Conselho Fiscal, com as atribuições e os poderes que a lei lhe confere, composto de 03 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral, permitida a reeleição.

**Parágrafo Primeiro-** O Conselho Fiscal é órgão não permanente e somente será instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionista, na forma da lei, e seu período de funcionamento terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação.

**Parágrafo Segundo-** A Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho Fiscal fixará a respectiva remuneração.

**Parágrafo Terceiro-** Os membros efetivos do Conselho Fiscal serão substituídos, nos seus impedimentos ou faltas, pelos membros suplentes, segundo a ordem de nomeação na Assembleia Geral que os eleger.

**CAPÍTULO V - EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO E RESULTADOS. Artigo 35-**

O exercício social tem início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social deverá ser preparado um balanço geral, bem como as demais demonstrações financeiras, observadas as disposições legais vigentes e as disposições deste Artigo.

**Parágrafo Primeiro-** A Sociedade, através do Conselho de Administração, deverá entregar aos acionistas dentro de 90 (noventa) dias contados do encerramento do exercício social, uma cópia de suas demonstrações financeiras anuais, as quais devem ser preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e auditadas por auditores independentes da Sociedade, que conduzam negócios em nível internacional e que estejam qualificados e autorizados a exercer no Brasil a atividade de contabilidade e auditoria, incluindo a elaboração e revisão do balanço patrimonial e demonstrações de resultado, lucros acumulados e mutações na situação financeira, juntamente com todas as notas explicativas pertinentes.

**Parágrafo**

**Segundo-** A Sociedade, através do Conselho de Administração, deverá fornecer aos acionistas em até 30 (trinta) dias antes do encerramento de cada exercício social, os esclarecimentos sobre a política de dividendos e reinvestimentos de lucros e sua adequação às necessidades de financiamento da Sociedade, observada a restrição prevista no parágrafo primeiro do artigo 36 deste Estatuto. **Parágrafo Terceiro-** A Sociedade deverá manter livros e registros precisos e completos de todas as operações, recebimentos, despesas, ativos e passivos da Sociedade, em consonância com os princípios contábeis geralmente aceitos, aplicados de forma consistente, de acordo com as deliberações do Conselho de Administração. **Parágrafo Quarto-** Os acionistas, às suas expensas, terão o direito de nomear um representante ou agente designado para revisar, mediante aviso prévio de 15 (quinze) dias ao Conselho de Administração, todos os livros, documentos e registros da Sociedade, dos quais terão o direito de fazer cópias para seu uso próprio. **Parágrafo Quinto-** A Sociedade levantará balanços semestrais com o objetivo de distribuir os dividendos intermediários previstos no artigo 37 (i) e (ii), observada a restrição prevista no parágrafo primeiro do artigo 36 deste Estatuto. **Artigo 36-** O lucro líquido apurado no exercício terá a seguinte destinação: (a) a parcela de 5% (cinco por cento) será deduzida para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; (b) os acionistas terão direito a um dividendo anual de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76; (c) o saldo remanescente, após atendidas as disposições contidas nos itens anteriores deste artigo, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas com base na proposta da administração, conforme o disposto no artigo 176, parágrafo 3º e 132, II da Lei nº 6.404/76, observadas as disposições contidas no artigo 134, parágrafo 4º da referida Lei. Caso o saldo das reservas de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos adicionais aos acionistas. **Parágrafo Primeiro-** A Sociedade somente poderá efetuar a distribuição de dividendos ou o pagamento de participação nos resultados a seus administradores, no exercício seguinte ao da entrada em operação total da Pista Descendente da Rodovia dos Imigrantes. **Parágrafo Segundo-** A previsão do limite mínimo de distribuição de dividendos a seus acionistas não poderá ultrapassar 1% (um por cento) do resultado do capital subscrito e integralizado, a partir do segundo exercício, até a entrada em operação total da Pista Descendente da Rodovia dos Imigrantes, nos termos da Lei nº 6404/76 e Lei nº 9457/97. **Artigo 37-** A Sociedade poderá declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos intermediários: (i) à conta do lucro apurado em balanços semestrais; ou (ii) à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, observada a restrição prevista no parágrafo primeiro do artigo 36 deste Estatuto. **Parágrafo Único -** Os dividendos intermediários distribuídos nos termos deste artigo serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 38-** A Sociedade poderá pagar, aos seus acionistas, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **CAPÍTULO VI - LIQUIDACÃO E DISSOLUÇÃO.** **Artigo 39-** A Sociedade será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação.

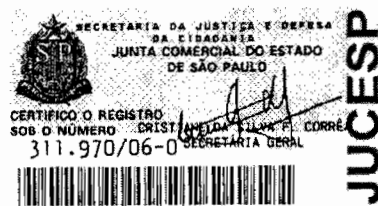


**CAPÍTULO VII - APROVAÇÃO DO DER/SP.** Artigo 40- Qualquer alteração deste Estatuto dependerá de prévia aprovação do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo – DER/SP ou de quem lhe faça as vezes. **CAPÍTULO VIII – DISPOSIÇÕES GERAIS** Artigo 41- É expressamente vedado o uso do nome da Sociedade para a outorga de fiança ou aval de favor. **Artigo 42** – A Sociedade deverá manter arquivado na sede social o Acordo de Acionistas, as Atas de Assembléia Geral, as Atas de Reunião do Conselho de Administração e de Diretoria, bem como todos os demais documentos inerentes à sua operação, os quais deverão ser observados em todos os seus termos. **Parágrafo Único** – A Sociedade deverá observar, na forma do artigo 118 da Lei n.º 6.404/76, o “Acordo de Acionistas”, de 26 de maio de 1999, o “Primeiro Aditivo ao Acordo de Acionistas”, de 27 de outubro de 1999, bem como o “Segundo Aditivo e Consolidação do Acordo de Acionistas”, de 02 de abril de 2001, cujas cláusulas são inteiramente compatíveis com o presente estatuto. A Sociedade não poderá praticar atos contrários aos termos desses instrumentos, e de suas alterações posteriores, quando houver. **Artigo 43-** Os casos omissos neste Estatuto serão regulados pela Lei das Sociedades Anônimas e pela legislação aplicável. São Bernardo do Campo, 16 de novembro de 2006.

Por fim, os acionistas deliberaram que esta reformulação do Estatuto Social deverá ser submetida à aprovação prévia da Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP e de outros órgãos eventualmente competentes, e somente terá validade após a obtenção de tais aprovações, conforme disposições constantes do Contrato de Concessão nº 007/CR/98, assinado entre a Sociedade e aquele órgão da Administração Pública. Nada mais havendo a tratar, determinou o Sr. Presidente que fosse lavrada esta ata na forma sumária a qual foi lida e aprovada pelos presentes. São Bernardo do Campo, 16 de novembro de 2006. (aa)  
**MESA:** Pedro Beltrão Fraletti - Presidente. Marcelino Rafart de Seras - Secretário.  
**ACIONISTAS:** Pedro Beltrão Fraletti; Massimo Villa; Marco Antônio Cassou; João Alberto Gomes Bernacchio; Reinaldo Coimbra Belich; Mario Gorla; Primav Ecorodovias S/A.

*Esta cópia confere com o original constante do livro próprio.*

**MARCELINO RAFART DE SERAS**  
 Secretário



12